



Boletim do WRM 253
Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Novembro / Dezembro 2020

Crime, poder e impunidade nas florestas



Nossa Opinião: Chamando crimes (e criminosos) pelo nome.....2
Legais, mas corruptas.....4
Exploração sexual e violência contra as mulheres na raiz do modelo de plantações industriais.....7
O roubo organizado de terras para plantações industriais de árvores no Brasil: o caso da AMCEL.....11
Indonésia: legalizando crimes em nome da “geração de empregos”.....17
Lei, crime e desmatamento nas zonas rurais da Tailândia.....23
RSPO: terceirizando a regulamentação ambiental para empresas e indústrias de dendê....27

RECOMENDADOS

Tribunal dos Povos Africanos contra Empresas que promovem Plantações Industriais de Árvores.....30
2020: um ano de resistência e desafio.....30
Uma explicação dos novos mercados financeiros sobre a destruição da natureza.....30

Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos: The Corner House, Reino Unido; mulheres ativistas na Costa do Marfim, Serra Leoa e Camarões; membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Amapá, Brasil; seis mulheres e homens ativistas na Indonésia; Land Watch Thai, Tailândia; Dra. Bernice Maxton-Lee; e membros do Secretariado Internacional do WRM

Crime, poder e impunidade nas florestas

Nossa Opinião:

Chamando crimes (e criminosos) pelo nome



Ilustração: Brian Stauffer, Human Rights Watch

O que é um *crime*? Segundo o dicionário, um *crime* é “um ato ilegal pelo qual alguém pode ser punido pelo governo”. Mas o que é considerado “ato ilegal”? E quem decide?

Aquilo que se considera *crime* está sempre associado ao que não se considera. E vice-versa.

As táticas e estratégias empregadas para impor controle da terra e operações extrativas nas florestas são muitas. Elas variam tanto quanto as formas usadas para destituir comunidades camponesas e povos indígenas de seus territórios, meios de subsistência e culturas comunitárias. A maioria dessas táticas e estratégias é constituída de atos *criminosos*, mas que, aos olhos do público (e dos órgãos da lei), são considerados *não criminosos* ou legítimos, justificados com discursos sobre “desenvolvimento nacional”, “geração de empregos”, “desenvolvimento de baixo carbono”, “progresso” e assim por diante.

A edição anterior do boletim do WRM (1) reflete sobre o que se chama equivocadamente de desenvolvimento e alerta sobre as estratégias dos atores que o promovem com o objetivo de assumir o controle de territórios. Este boletim trata de outro lado dessa mesma história.

Considerar ações e decisões específicas de grandes empresas, bancos multilaterais e órgãos governamentais como *não crimes* está em sintonia com *criminalizar* a maior parte do dissenso e da resistência que acontecem na vida real. A questão de quem decide o que deve ou não ser considerado *criminoso* está muito interligada ao poder.

Nesse sentido, a economia capitalista é baseada na opressão estruturalmente racista e violenta de trabalhadores, mulheres, camponeses e populações dependentes da floresta no Sul global. Contudo, essa opressão (junto a seus causadores) é percebida pela maioria dos tribunais e discursos dominantes como legítima ou *não criminosa*. Um artigo deste boletim denuncia como a violência e os abusos contra as mulheres são parte integrante do modelo

de plantações industriais e estão na base da forma como as empresas geram lucros. Em grande parte, esse abuso permanece invisível para consumidores e investidores, deixando que os autores dos *crimes* os cometam sem sofrer consequências e mantendo intacto o violento modelo de plantações coloniais.

Atos *criminosos* cometidos por atores públicos ou privados acontecem constantemente no mundo todo, de formas bastante diversas e em diferentes camadas da sociedade. Outro artigo deste boletim denuncia muitas práticas perfeitamente legais, mas corruptas, que são rotina dentro de governos e empresas, geralmente passando por “boa governança” ou constituindo a missão declarada de órgãos públicos.

A Indonésia é um exemplo disso. A implementação da política econômica neoliberal no final dos anos 1960 foi liderada por um grupo de economistas indonésios que estudaram na Universidade da Califórnia, em Berkeley, apelidado de Máfia de Berkeley. Um economista desse grupo se gabou de ter apresentado um “livro de receitas” a Suharto. O “sucesso” da violência contra a esquerda, apoiada pelos Estados Unidos, que chocou o público e o forçou a aceitar a imposição de um regime neoliberal de direita, transformou o livro de receitas da Máfia em um método portátil. Apenas cinco anos depois de Suharto assumir a presidência, antes do golpe apoiado pelos Estados Unidos, que derrubou o socialista Salvador Allende, apareceram pichações no Chile: “Jacarta está chegando”. (2) Agora, parece que Jokowi, como é chamado o atual presidente da Indonésia, está reabrindo o livro de receitas da Máfia de Berkeley com a polêmica Lei Geral. Um artigo deste boletim reflete sobre essa lei e destaca as vozes de seis ativistas de todas as ilhas, que vêm resistindo a esse “livro de receitas” por décadas.

Outro exemplo é o caso do Brasil, onde a concentração de terras tem feito – e ainda faz – parte de um forte sistema de *crime* organizado. A palavra *grilagem* é usada no país para se referir à criação ilegal de títulos de propriedade sobre terras públicas, dando-lhes uma aparência legal. Essa prática *criminoso* começou na época colonial, com o roubo de terras de povos indígenas, e continua sendo amplamente utilizada pelo grande capital. Uma entrevista com um membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) reflete sobre a tática da Amapá Celulose (AMCEL), uma das poucas grandes empresas de plantio de árvores na Amazônia, cujas plantações de eucalipto, certificadas pelo FSC, produzem e exportam cavacos de madeira para a indústria de celulose e energia na Dinamarca, entre outros países.

Outro artigo do boletim destaca os atos *criminosos* legalizados que ocorrem na Tailândia, onde o papel político dos militares e as tendências autoritárias do próprio Estado decidem o que deve e o que não deve ser considerado *crime*. O artigo apresenta vários casos em que a lei foi usada, nos últimos anos, para *criminalizar* a resistência à concentração de terras por parte das comunidades tailandesas que vivem na floresta. O artigo mostra as duras consequências que os ativistas comunitários enfrentam quando a resistência é criminalizada para proteger os interesses do grande capital e de uma elite política.

Mas outros atores da sociedade também influenciam o que é considerado *crime* e o que acaba sendo visto como prática legítima. Por exemplo, os esquemas de certificação. Um artigo do boletim mostra como o selo RSPO, que emite certificados para plantações industriais de dendê com padrões de “sustentabilidade”, é administrado pelos mesmos produtores que são julgados por ele. Além disso, o argumento de que o mercado deve definir padrões de “sustentabilidade” faz com que o Estado perca legitimidade para legislar,

legitimando as plantações de monoculturas, cuja gestão costuma envolver um *crime* após o outro.

Por exemplo, o que as pessoas costumam chamar de “violações dos direitos das pessoas” muitas vezes são *crimes* claros, cujos responsáveis devem ser processados. Da mesma forma, é preciso denunciar a maior parte dos chamados “impactos diferenciados” que as mulheres são obrigadas a suportar quando alguma indústria extrativa é imposta, e chamá-los pelo que são: crimes.

É hora de chamar *crimes* e *criminosos* pelo nome.

(1) Boletim 252 do WRM. Bancos de desenvolvimento: financiando a pobreza e a exploração, Novembro de 2020, <https://wrm.org.uy/pt/boletins/nro-252/>

(2) Lausan, Jakarta is returning: The ‘neoliberal cookbook’ that guides Indonesia’s Omnibus Law, 2020, <https://lausan.hk/2020/jakarta-is-returning-omnibus-bills/>

Legais, mas corruptas



A criminalidade costuma ser apresentada como o aspecto negativo da sociedade – um submundo povoado por aqueles que vivem para desrespeitar as regras. Como narrativa, apela claramente aos que têm interesse em que os setores dominantes sejam vistos como “acima de qualquer suspeita”, “legítimos” e “decentes”. Na realidade, porém, as linhas divisórias entre “os cidadãos de bem e a penitenciária” (como disse a revolucionária alemã Rosa Luxemburgo) (1) são, há muito tempo, tênues. Na verdade, é provável que o empreendimento capitalista convencional só prospere porque suas formas específicas de pilhagem, roubo, fraude e trapaça foram abençoadas com a água benta da “legalidade”, enquanto outras formas, semelhantes na essência, foram consideradas “ilegais”.

A corrupção é um bom exemplo.

Alguns tipos de corrupção foram criminalizados. Hoje em dia, o suborno de funcionários públicos é proibido em todos os lugares, mesmo em países como a Alemanha, onde, até vinte anos atrás, era legal subornar funcionários estrangeiros, mas não os alemães. Os subornos também não são mais dedutíveis de impostos na Bélgica, Dinamarca, França, Japão, Canadá, Luxemburgo, Holanda, Áustria, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos – prática que também era legal até meados da década de 1990. Fraude, extorsão e lavagem

de dinheiro são ilegais em todas as jurisdições, embora nem um único banco dos Estados Unidos tenha sido processado por crimes de lavagem de dinheiro.

Mas a corrupção não se resume a suborno, lavagem de dinheiro e fraude. Na verdade, o foco nesses crimes (que é vital para investigá-los e processá-los) esconde muitas práticas perfeitamente legais que o público em geral costuma considerar como corruptas. Os exemplos incluem acordos entre “amigos” que permitem que as empresas paguem impostos mínimos, clientelismo, “aceitação” da apropriação de terras praticada ainda na época colonial, mas sendo um pilar fundamental sobre a qual muitas das grandes empresas que atualmente operam nas florestas conseguiram construir seus impérios, uso de forças militares para “proteger” os investimentos privados enquanto violam as vidas e o sustento dos cidadãos, imunidades concedidas a empresas que, na prática, são “grandes demais para ser condenadas”, tolerância oficial a conflitos de interesse, exploração deliberada de brechas na legislação, por parte de advogados de empresas, para contornar regras e regulamentações, e privatização dos processos de formulação de políticas através de lobby com interesses específicos, e doações para políticos.

Observe o fluxo constante de dirigentes da indústria, ex-ministros e funcionários de governos que vão e vêm (de maneira bastante legal) pelas portas giratórias que separam a política dos negócios. Observe os comitês reguladores do sistema financeiro, compostos (de maneira bastante legal) pelos chefes dos próprios bancos que deveriam regular. Observe a formulação de políticas baseada no interesse próprio que, por meio de privatização, terceirização e parcerias público-privadas, transformou a prestação de serviços públicos em esquemas de enriquecimento rápido com garantia do Estado, que canalizam bilhões de dólares de dinheiro público para as mãos de investidores e financiadores do setor privado. Observe as instituições de desenvolvimento e os bancos do Norte global, que usam suas ajudas financeiras como elemento de pressão para que governos do Sul global estabeleçam as políticas neoliberais que beneficiarão as empresas dos países do Norte.

Muitas dessas práticas perfeitamente legais, mas, ainda assim, corruptas, são comuns nos governos e nas empresas; pior ainda, costumam passar por “boa governança”. Algumas podem até ser consideradas deveres do cargo, e muitas – a privatização, por exemplo – constituem missão declarada dos órgãos públicos. Essa normalização da corrupção não é nova, mas está difundida o suficiente para que Bruce Buchan, destacado estudioso da corrupção, chame a nossa era atual de “Época de Ouro da Corrupção”. (2)

Não é apenas o fato de a lei, para usar a metáfora do satirista anglo-irlandês do século XVIII, Jonathan Swift, ter sido criada como uma teia de aranha que apanha “pequenas moscas, mas deixa passar vespas e abelhas”, embora isso certamente seja verdade. Nem que a lei seja aplicada de forma desigual, embora isso também seja indubitavelmente verdadeiro, pois basta cometer alguma infração e a pessoa vai para a cadeia se for pobre e negro, mas nunca será presa se for banqueiro. A decadência é mais profunda: as próprias políticas e leis que oficialmente combatem a corrupção agora servem de escudo para os corruptos.

Considere a definição de corrupção empregada pelo Banco Mundial – “abuso de cargos públicos para obter ganhos privados” – que serviu de modelo para inúmeras leis e regulamentações “anticorrupção”. Essa definição considera a corrupção uma patologia exclusiva do setor público, enquanto exclui convenientemente a corrupção privada das sanções legais, e torna “incorrupção” (e legal) um conjunto de formas corruptas de

transacionar com o poder – desde contribuições políticas recebidas de empresas até a influência que elas exercem por meio das muitas articulações de elites, que ligam conselhos corporativos a governos.

O foco no “ganho privado” *individual* obtido por “detentores de cargos” também oculta as formas institucionalizadas de corrupção que promovem os interesses de grupos ou classes sem recompensar direta ou indiretamente nenhum “detentor de cargo” em particular. Um funcionário que fica com uma parte de um contrato do setor público se enquadra na definição, mas isso não se aplica a um político que usa pagamentos ilegais de governos estrangeiros para financiar uma campanha eleitoral, sem obter ganho financeiro pessoal.

A fetichização da corrupção no setor público tem outras utilidades estratégicas. Ignorando convenientemente os conluios entre “público” e “privado” que tornam possível a maior parte da corrupção, ela define o “público” (interpretado como “o Estado” ou “burocracia inchada” ou “reguladores”) como uma mão que está sempre apertando, e o “privado” (interpretado como “o setor privado”) como sua vítima, contaminada apenas por ser forçada a pagar subornos para conseguir trabalhar (nenhuma menção ao papel do setor privado, principalmente ocidental e multinacional, na facilitação da lavagem do dinheiro da corrupção).

Assim sendo, as políticas anticorrupção podem ser, e são, prontamente recrutadas para a causa do desmantelamento do Estado, privatizando os ativos públicos e dando mais voz ao setor privado nas decisões, supostamente para proteger os interesses privados de gananciosos funcionários públicos em busca de lucros que, de outra forma, colocariam obstáculos burocráticos no caminho dos negócios. O resultado não é banir a corrupção, mas sim fazer com que certos interesses corruptos sejam considerados aceitáveis e normais na esfera dos processos de decisão dos governos.

Isso não deveria surpreender, pois, apesar da retórica que diz que “público” e “privado” são esferas separadas – e que assim devem permanecer – as interconexões entre as duas tornam essa separação impossível. Na verdade, uma separação completa, como aponta o estudioso Peter Bratsis, tornaria “impossível ... a política como a conhecemos”.

A questão é *quem* decide, e *como*, que tipo de mistura funciona ou não para o bem comum, e qual é o processo pelo qual a sociedade plural (com todos os seus diversos grupos – e não apenas o Banco) pode deliberar o que realmente constitui o bem comum. Mas é precisamente esse processo que foi corroído pela corrupção, para não falar do amplo leque de outras formas de opressão enraizadas em uma história de colonialismo, racismo e patriarcado que exclui muitos grupos sociais desses debates, pois o que permeia todas as formas de corrupção – do suborno às “portas giratórias” – é a disposição de controlar ou driblar as formas democráticas de deliberação.

Essa captura não é um efeito colateral indesejado do capitalismo; ela é fundamental para seu funcionamento. Na verdade, as interconexões entre a corrupção e o capital são tais que questionar a corrupção *significa* questionar o capitalismo moderno. Reconhecer isso e levar a sério suas implicações certamente será essencial se surgirem estratégias e alianças que permitam determinar os usos futuros da floresta por meio de políticas democráticas formuladas de baixo para cima, enraizadas no respeito pelos bens comuns, e não apenas no estreito interesse político ou no ganho financeiro.

Nick Hildyard

[The Corner House, Reino Unido](#)

(1) Rosa Luxemburg, *The Russian Revolution*, Capítulo 7, *The Struggle Against Corruption*, <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1918/russian-revolution/ch07.htm>

(2) Buchan, B. (2016) 'Our Golden Age of Corruption'. *Arena*. Disponível em: <http://arena.org.au/our-golden-age-of-corruption-by-bruce-buchan/>

(3) Swift, J. (1707) *A Trritical Essay upon the Faculties of the Mind*. Disponível em:

https://www.uni-muenster.de/imperia/md/content/englischesseminar/swift/trritical_essay_typeset_ic.pdf

(4) World Bank (1997) *Helping Countries Combat Corruption: The Role of the World Bank*. World Bank: Washington DC. Disponível em: <http://www1.worldbank.org/publicsector/anticorrupt/corruptn/corruptn.pdf>

Exploração sexual e violência contra as mulheres na raiz do modelo de plantações industriais



Foto: AP News

Os colonizadores europeus contavam com grandes plantações de monoculturas para impor seu domínio a povos e territórios em todo o Sul global. Esse modelo de plantio se mantém até hoje: uma única espécie, geralmente nas terras mais férteis e planas, com fontes de água suficientes. O controle de vastas extensões de terra, com a expropriação das populações locais, foi – e ainda é – mantido pela opressão. Relações de poder desiguais discriminam constantemente os povos indígenas e as comunidades tradicionais e, em particular, as mulheres.

A violência inerente ao modelo colonial de plantações não poupa os sistemas de reprodução da vida, ou seja, sistemas de organização coletiva, soberania alimentar, cuidado comunitário, diversidade cultural e linguística, saberes ancestrais, entre muitos outros aspectos. As partes desses sistemas de reprodução que não podem ser comercializadas geralmente são invisibilizadas e, assim, não são reconhecidas como trabalho. As tarefas associadas a eles geralmente recaem sobre os ombros das mulheres. Assim, a violência das empresas de plantação também atinge as mulheres em seu papel de pilar da coesão da comunidade. A opressão patriarcal é inseparável do modelo de plantações industriais, que continua sendo fundamental para a forma como as empresas de plantações geram lucros.

(1)

Mulheres que enfrentam as plantações industriais de dendê administradas pela empresa luxemburguesa/belga SOCFIN em Serra Leoa disseram ao WRM que:

“A empresa se aproveita do trabalho das mulheres de muitas maneiras ... Quando a empresa já tomou as terras, na maioria das vezes, as mulheres ficam sem opção a não ser trabalhar para ela porque elas não podem voltar para suas fazendas e retomar suas atividades normais, não podem defender suas famílias, não podem cuidar de seus filhos, não podem nem cuidar de si mesmas ou botar comida na mesa. Elas não podem cultivar alimentos normalmente, para uso próprio, então têm que comprá-los nos mercados. Sua única opção é procurar um emprego nessas plantações, com essa empresa.

E não são bem pagas. As empresas sabem muito bem que as mulheres não têm alternativa, por isso, são essas empresas que decidem quanto pagar e até como tratá-las. As mulheres têm que caminhar ao trabalho, de lugares muito distantes, e depois voltar, em caminhadas muito longas, expondo-se à violência.

Seus filhos, a maioria deles, também estão se rebelando. Porque se uma pessoa não consegue cuidar dos filhos – principalmente das meninas – quando elas mais precisam, elas vão buscar qualquer coisa que um homem possa lhes dar para sobreviver. Portanto, os desafios são muitos.”

Mulheres enfrentando a empresa de óleo de dendê PalmCi, na Costa do Marfim, disseram ao WRM que:

“As empresas de dendê superexploram as mulheres. Posso garantir que as mulheres são muito úteis para essas empresas, pois são excelentes trabalhadoras, colhendo frutos o dia todo, sem descansar, dia após dia, durante anos.

Quando os malaios visitam as plantações, essas mulheres precisam se esconder e evitar ser vistas por eles. Por que as empresas as escondem se o trabalho que fazem é legal? Outras mulheres são forçadas a cobrir a boca dos bebês com a mão para abafar o choro e não ser detectadas. As empresas superexploram as mulheres para obter lucro. É isso que está acontecendo.”

E mulheres que enfrentam a empresa de dendê Socapalm, que também faz parte do Grupo Socfin, em Camarões, disseram ao WRM que:

“Mulheres de diferentes vilarejos da região precisam caminhar muito para chegar a este pedaço bem pequeno de terra. É o único lugar que encontramos para plantar nossas hortinhas. Olhe, as batatas são muito pequenas. A plantação de dendezeiros fica bem ali, perto demais. Nada cresce muito porque as plantações estão bem ali. Como você pode ver, essa é toda a terra que há [para usarmos]. Veja como estamos sofrendo. Este pequeno campo não consegue produzir o suficiente para as nossas famílias. A terra produz muito pouco porque temos que plantar no mesmo terreno, todos os anos. Não temos terra para cultivar nossos alimentos. A Socapalm tomou as nossas terras. A Socapalm tomou tudo.”

Assim que as empresas estabelecem suas plantações industriais e começam a operar, a violência sexual e a opressão contra mulheres e meninas aumentam consideravelmente. Estupro, abuso físico e psicológico, assédio, perseguição, trabalho em troca de sexo, espancamentos, intimidação, gravidez decorrente de estupro, presença de guardas armados

dentro e ao redor das casas das pessoas e nas comunidades, salários baixos, condições de trabalho deploráveis e longas jornadas, trabalho não remunerado, uso constante de produtos tóxicos sem proteção, impactos sobre a saúde reprodutiva e sexual das mulheres, perda de acesso à terra, água, meios de subsistência e sustento – traduzindo-se em trabalho doméstico e comunitário mais difícil, mais intenso e mais longo – são apenas alguns dos impactos das plantações industriais e que muitas vezes não têm nome, sendo chamados apenas de “impactos diferenciados”. (2)

Os responsáveis por essas violações horríveis e constantes contra os corpos, as vidas e as mentes das mulheres quase sempre ficam sem punição.

As mulheres de Serra Leoa acrescentaram que:

“A violência contra as mulheres continua sem receber muita intervenção da nossa autoridade local ou da polícia. Se você for contra a empresa, ninguém vai te ouvir.

Mulheres já foram presas. Foram molestadas e espancadas (por crimes que a maioria delas nega) e foram levadas à polícia para ser acusadas. Ninguém parece se importar com o que está acontecendo conosco. Ninguém quer saber nem tomar qualquer medida contra os responsáveis. Nós enfrentamos muitos desafios com essas plantações. Às vezes, ocorrem acidentes. Se você se machucar durante o trabalho ou enfrentar qualquer outro problema, será demitida sem que eles sequer pensem em cuidar de você. Você terá que gastar seu último centavo.

Do jeito que as coisas estão agora, a própria comunidade está observando um toque de recolher, porque depois da meia-noite, você não vai ver nenhuma mulher na rua. Todo mundo sabe que é mais seguro ficar em casa.

E para coroar tudo isso, há esse medo que foi disseminado entre nós, desde o último incidente em que perdemos duas pessoas em nossa comunidade. Foi muito cruel. Quando a polícia e o exército entraram, foi muito cruel. Eles fizeram diversas prisões violentas. Inclusive eu, fui presa bem tarde da noite. Eu estava dormindo, abriram a minha porta com força e me levaram, me espancaram e me prenderam.”

A esse respeito, as mulheres da Costa do Marfim também disseram que:

“As mulheres são vítimas de abusos físicos e de outros tipos. São espancadas e acusadas injustamente como pretexto para exigir favores. Também há abuso sexual, mas isso é mantido em sigilo. Eles dizem: “Eu vi você na nossa plantação roubando frutos. Você cuida de mim e eu cuidarei de você”. É o que dizem, querendo dizer: “Vou deixar você ir com os frutos se você fizer sexo comigo.” E esse abuso está aumentando porque as plantações ainda estão lá e os estupradores também estão lá.

Se os responsáveis são punidos? Você deve estar brincando! Quem vai punir? Eles vão alegar que você entrou em propriedade privada e teve o que merecia. Vão perguntar se você tem “braço comprido”, como dizemos aqui, se tem alguém poderoso na família ou conhece um membro do governo que seja influente e possa apoiar sua reclamação. Ninguém foi punido por esses crimes, apesar dos braços quebrados e das crianças e mulheres traumatizadas. Esses crimes ficam impunes porque quem pode mais chora menos.”

As empresas e seus financiadores (bancos de desenvolvimento regionais e dos países do Norte, Banco Mundial, consultores financeiros, etc.) também têm interesse em que o domínio de um modelo patriarcal, principalmente a violência e os abusos contra as mulheres, que fazem parte desse modelo de plantações industriais, seja invisível aos consumidores e, portanto, não tenha consequências para quem comete essa violência.

No entanto, contra todas as probabilidades, as mulheres estão na vanguarda da resistência e da defesa da vida.

As mulheres de Serra Leoa nos disseram que:

“Nós temos feito o melhor que podemos ao longo dos anos para realizar manifestações ou organizá-las; temos nos mudado de uma comunidade para outra, sensibilizando outras mulheres em diferentes comunidades para que elas não cedam aos acordos que estão sendo feitos em nosso nome. Temos solicitado inclusão em todos os aspectos dos negócios de terras em nossa comunidade. Temos feito questão de relembrar às nossas autoridades que não queremos nada da Socfin, que queremos nossas terras de volta.

Nesse contexto, em 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, a Aliança Informal contra as Plantações Industriais de Dendê se uniu para denunciar a violência e o abuso sexual enfrentados no dia a dia por milhares de mulheres que vivem dentro e ao redor das plantações industriais de dendê, principalmente nos países da África Ocidental e Central. O vídeo presta solidariedade a todas as mulheres que se organizam para resistir a essas plantações e que são deixadas sozinhas para sofrer essa violência e abusos em silêncio.

Você pode assistir ao vídeo em inglês, francês, espanhol e português, aqui:

<https://wrm.org.uy/pt/videos/video-a-violencia-e-o-abuso-sexual-contra-mulheres-em-plantacoes-industriais-de-dende-devem-acabar/>

**** Os nomes de todas as pessoas mencionadas neste artigo foram ocultados por razões de segurança.**

(1) Plantation patriarchy and structural violence: Women workers in Sri Lanka, file:///Users/Usuario/Downloads/Metis_193809.pdf

(2) Boletim 236 do WRM, Mulheres e plantações: quando a violência se torna invisível, 2018,

<https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/nosso-ponto-de-vista/mulheres-e-plantacoes-quando-a-violencia-se-torna-invisivel/>

Rompendo o silêncio: As plantações industriais de dendezeiros e seringueiras geram assédio, violência sexual e abuso contra as mulheres, <https://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/rompendo-o-silencio-as-plantacoes-industriais-de-dendezeiros-e-seringueiras-geram-assedio-violencia-sexual-e-abuso-contra-as-mulheres/>

O roubo organizado de terras para plantações industriais de árvores no Brasil: o caso da AMCEL



O termo "grilagem" provém de causar o envelhecimento forçado de papéis. Ela consiste em colocar escrituras falsas dentro de uma caixa com grilos, de modo a deixar os documentos amarelados (devido aos excrementos dos insetos) e roídos, dando-lhes uma aparência antiga e, por consequência, mais verossímil. Ilustração: Unisinos.

Uma das supostas soluções apontadas pelo governo Bolsonaro para sair da crise de desmatamento é a regularização fundiária. Mas organizações brasileiras que trabalham em defesa de pequenos agricultores e comunidades tradicionais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), alertam para o risco de essa regularização legalizar a chamada grilagem de terras públicas. Um exemplo emblemático de grilagem de terras na Amazônia brasileira é a empresa Amapá Celulose S/A (AMCEL).

A grilagem é a confecção ilegal de títulos de terras públicas, dando-lhes uma aparência de legalidade. A prática começou já na época da colônia, resultando no roubo das terras dos povos indígenas, e continua sendo amplamente usada até hoje pelos representantes dos interesses do grande capital, como fazendeiros, empresas do agronegócio, mineradoras, plantações de monoculturas de árvores e outros. É um mecanismo para se apropriar de terras expulsando pequenos agricultores, impedindo que eles possam usufruir de seu direito de usar a terra para reproduzir seu modo de vida. Uma das mais recentes estratégias do capital para legalizar a grilagem, principalmente na região amazônica brasileira, é o CAR (Cadastro Ambiental Rural), um mecanismo previsto no novo Código Florestal brasileiro para o registro de terras de forma digital. (1)

O resultado do processo histórico da grilagem é que hoje o Brasil tem uma das situações fundiárias mais desiguais do mundo, com 1% dos proprietários de terras concentrando quase metade de toda a área rural do país, enquanto 50% das propriedades ocupam apenas 2,3% dessa área. (2) Outro resultado da incursão dos interesses do capital no campo através da grilagem foi a expulsão, muitas vezes violenta, dos pequenos agricultores, que tiveram que se deslocar para as cidades, onde residem hoje 85% da população brasileira, enfrentando mais problemas, como o desemprego e a violência urbana. Num processo inverso, a luta do MST, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e outras organizações fez com que o Brasil iniciasse, ainda timidamente, um processo de reforma agrária.

A grilagem no Brasil é um exemplo perfeito de crime organizado, roubo de terras e florestas das mãos dos pequenos agricultores, com a participação de um conjunto de atores que se

beneficiam de alguma forma do crime. Primeiramente, instâncias de governo que, a qualquer custo, estimulam a ocupação do território para determinados projetos dispostos a violar a própria lei e, ainda por cima, dar vultosos financiamentos de seus bancos de desenvolvimento a empresas e fazendeiros. Em segundo lugar, as empresas ou fazendeiros que se apropriam das terras. Além disso, há os donos dos cartórios de terras, que produzem as escrituras fraudulentas. E também há os juizes que fazem vista grossa em relação às fraudes, muitas vezes eles mesmo donos de terras com títulos ilegais. Por último, há outros financiadores privados, como fundos de investimentos nacionais e internacionais, que investem nas atividades de empresas, e fazendeiros que fazem uso de terras griladas.

Há, ainda, mais atores que corroboram o crime, como no caso das empresas de plantações de árvores e o sistema de certificação internacional de madeira, o FSC. As empresas de consultoria que realizam a certificação têm sido verdadeiras “advogadas de defesa” das empresas que grilaram terras, declarando que a madeira vem de práticas “socialmente justas”. (3)

A Amapá Celulose (AMCEL) é uma das poucas grandes empresas de plantações de árvores localizadas na Amazônia, uma das regiões mais conflituosas em termos de grilagem de terras no Brasil. A AMCEL é uma empresa com plantações de eucalipto certificadas pelo FSC, usadas para produzir e exportar cavacos de madeira para indústrias de celulose, e também como matéria-prima na produção de energia/eletricidade na Dinamarca.

A AMCEL foi criada em 1976, por uma empresa de mineração, a CAEMI, passando depois pelas mãos da Champion e da International Paper dos EUA. Desde 2007, é controlada pelos grupos japoneses Nippon Paper Industries e NYK – Nippon Yusen Kabushiki Kaisha. (4)

O WRM conversou com o padre Sisto Magro, membro da CPT no Amapá, sobre a grilagem de terras pela AMCEL.

Pergunta: Você poderia fazer um breve histórico da ocupação das terras pelos pequenos agricultores e os problemas que têm enfrentado no estado do Amapá?

Padre Sisto: A história dos pequenos agricultores no estado do Amapá iniciou-se por via fluvial. Ocupavam as beiradas dos rios e do oceano, no chamado arquipélago de Baillique, que pega o rio Amazonas, parte do oceano e Igarapés. Essas populações viviam da caça, da pesca, do extrativismo de açaí, da bacaba, e da agricultura de subsistência, com destaque para a farinha de mandioca. Estes posseiros também faziam criação de gado e búfalo nas áreas alagadas. É assim que começou a história do povo agrícola do Amapá, além dos povos indígenas que já estavam neste território. Os agricultores tinham uma cultura de subsistência sem ir atrás de riquezas, não tinham cercas, e respeitavam a área do vizinho. Quando vieram as estradas, outras comunidades de pequenos agricultores foram se constituindo na beira dessas estradas.

A partir dos anos 1950, chegaram os grandes projetos na tentativa de ligar o Amapá ao resto do Brasil e do mundo. Primeiro veio o projeto de mineração chamado Icomi, e a partir dos anos 1970, o projeto da Amapá Celulose, e também um porto de exportação. Chega muita gente de fora para trabalhar nesses projetos, e chega também uma outra lógica, que quer transformar o pequeno agricultor em empreendedor, tentando introduzir uma agricultura “moderna” para “desenvolver” o estado. Isso significa tornar a cultura de subsistência

desses agricultores numa cultura capitalista, de dinheiro. Essa tentativa não deu certo porque é muito diferente da cultura de subsistência e extrativismo do povo do campo.

Para entender os atuais conflitos de terras, é importante lembrar que, por volta de 1900, quando o Amapá fazia parte do estado do Pará, estado vizinho, o governo do Pará enviava coronéis, dando-lhes títulos sobre amplas áreas através de cartórios – cujo dono às vezes era o próprio coronel –, com o intuito de que eles pudessem distribuir essas terras para pecuaristas e pequenos agricultores. Essa reforma agrária não deu certo, mas resultou numa série de documentos antigos de terras de 1900, 1910, 1920, que hoje, mesmo sendo documentos caducos, são usados por latifundiários para tentar tirar as terras dos pequenos agricultores.

Agora mesmo, há uma tentativa de trazer o pessoal do Sul [do Brasil] que já tem outra visão de agricultura, do campo, de produzir riquezas para exportação, e aumentar o PIB (Produto Interno Bruto). Nosso agricultor não está preocupado em aumentar o PIB de ninguém, mas com produzir para ele comer e, no máximo, escoar a produção para o mercado de Macapá (cidade principal do estado). Ele é mais humilde, e a Amazônia requer essa humildade. E quanto mais você tenta implantar na Amazônia uma mentalidade de capital, de produção e de riqueza, mais você acaba com esse importante bioma, esse importante ecossistema. E nosso agricultor amapaense sabe muito bem disso. Agora, quem não parece entender é o grande capitalista que é entregue à cultura do dinheiro e que não é daqui.

Pergunta: Segundo consta nos relatórios de certificação FSC da empresa, (5) a AMCEL conseguiu se apropriar de quase 400 mil hectares de terras no Amapá. Cerca de 167 mil hectares são certificados, cujos títulos, segundo o FSC, foram reconhecidos pelo INCRA (órgão federal de terras, responsável pela reforma agrária). Outros 119 mil hectares não são certificados, e há ocupações “ilegais” de pequenos agricultores, segundo a empresa. Em 2005, a AMCEL teria devolvido outros 105 mil hectares ao INCRA. Qual é a visão da CPT sobre a legalidade das terras da AMCEL e do seu processo de aquisição dessas terras?

Padre Sisto: Importante dizer primeiro que o projeto da AMCEL é um projeto do próprio governo federal. Ele, na tentativa de modernizar o campo, promoveu uma distribuição de terras públicas no estado do Amapá e também em outros estados da Amazônia, simulando como se fosse uma justa distribuição de terras. No Amapá, numa área que mais interessava à AMCEL e que hoje abrange parte dos municípios de Porto Grande, Ferreira Gomes, Cutias de Araguay e Itabaul, o governo realizou uma licitação de terras onde cada empresa podia concorrer, mas num único lote. A AMCEL pertencia na época ao grupo CAEMI, uma mineradora poderosa do estado de Amapá. Foi a CAEMI que concorreu com seis firmas, algumas delas, empresas fantasmas, porque nunca se teve notícia delas aqui no Amapá. Uma das seis era a AMCEL, mas as outras não tinham nada a ver com plantações para madeira, eram todas ligadas ao setor da mineração. Todas elas concorreram e ganharam a licitação de um lote enorme, de 20 a 25 mil hectares. O contrato da licitação disse que cada empresa tinha que explorar esse lote. No entanto, imediatamente depois de conquistar as áreas, as outras empresas, sem exceção, arrendaram as mesmas para a AMCEL, apesar de que o contrato de licitação não permitia isso. Foi desta forma que a AMCEL começou seu projeto de plantações de árvores, primeiro o pinus.

Um dos elementos do contrato de licitação dizia que a empresa tinha que fazer a topografia e a demarcação da área. Todas as empresas que ganharam a licitação fizeram isso, mas

cometeram outra ilegalidade: aumentaram ainda mais as áreas. Por exemplo, áreas que eram de 20 mil se tornaram 27 mil hectares depois da demarcação. Outro elemento do termo de licitação era que a empresa ganhadora teria que excluir da área a ser demarcada áreas onde tivessem moradores, pequenos agricultores. Mas essas empresas não fizeram isso. Ao contrário, a AMCEL começou a promover autênticas expulsões das pessoas que viviam nessas áreas. A maioria foi expulso no início dos anos 1980. Em alguns casos, a AMCEL indenizou o pequeno agricultor pela terra, que é algo que tampouco era permitido, porque o contrato mandava excluir essas áreas de moradores e nada mais além disso. Mas nada disso aconteceu. Depois, entre 1983 e 1985, o INCRA concedeu os títulos à AMCEL e às outras cinco empresas que ganharam a licitação, embora tivesse um monte de agricultores ali dentro das terras. Depois, as outras empresas venderam as terras para a AMCEL. Se isso está bem para a AMCEL, para mim é uma grande fraude, porque a AMCEL e as outras empresas atuaram de forma combinada; elas não obedeceram os termos de licitação.

Hoje tem poucos posseiros, porque a maioria já foi expulsa de suas terras. Mas é interessante que a AMCEL diz que na área de 167 mil hectares não tem conflito, que o conflito estaria nos outros 119 mil hectares. Mas tem conflitos, sim, na área certificada [pelo FSC] também, e que, por sinal, está na Justiça. É fácil ver no site do Tribunal de Justiça do Amapá os processos dentro das áreas que a empresa diz que são legalmente dela. Os posseiros que ainda resistem têm sido e estão sendo expulsos judicialmente porque a AMCEL mostra os títulos das empresas que ganharam a licitação e que agora é parte de um grande único título de 167 mil hectares. Vale acrescentar que no extremo norte desta área, no município de Ferreira Gomes, a empresa ainda excedeu a área do título unificado que ela conseguiu. Isso foi comprovado numa perícia do INCRA a pedido do juiz num dos processos judiciais. Mas o juiz disse que era só um “pouquinho” que ela excedeu, só que este limite tinha 28 km de extensão, então qualquer pequena mudança acaba sendo uma diferença muito grande.

Pergunta: A AMCEL afirma que houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das terras públicas na Câmara Federal em Brasília, em 2000/2001, que concluiu pela legalidade do processo de aquisição de terras pela empresa. Você concorda com essa afirmação?

Padre Sisto: E como é possível então que, em 2005, após outra CPI em 2004 sobre as terras públicas, mas esta vez conduzida pela Assembleia Legislativa do estado do Amapá, a AMCEL teve que devolver 105 mil hectares para a União [governo federal]? É um anacronismo gigantesco. Essa CPI de 2004 quase teve um grileiro de terras como relator, que mais tarde foi processado e condenado por grilagem. Mas felizmente, foi possível nomear outro deputado, Ruy Schmidt, sem envolvimento com a grilagem de terras. Essa CPI teve uma participação fundamental da CPT e conseguiu revelar todo o processo ilegal, de grilagem de terras, da AMCEL. Temos toda esta documentação guardada, e como resultado, a AMCEL teve que abrir mão de 105 mil hectares do outro lado do Rio Araguari. Esses 105 mil hectares, na verdade, não tinham nem um único documento, nem um único título das terras! Eram apenas documentos de posse, recibos de compra e venda, um documento fundiário qualquer.

Ainda em relação à situação fundiária da AMCEL, ela tem uma área relativamente pequena com títulos definitivos, terras compradas de pessoas que tinham esses títulos, e são títulos de conhecimento do INCRA e que não podem ser questionados. O restante, porém, são

terras que resultam de outro processo criminoso: a chamada grilagem cartorial. Foram tabeliões da comarca do Amapá, e também do município de Tartarugalzinho. Esses dois cartórios acabaram dando escrituras públicas, registradas em cartório, de áreas que na verdade são terras públicas que o INCRA nunca titulou, nunca vendeu e nunca chegou a fazer a regularização fundiária delas. Se você vai ao INCRA e eles vão olhar o mapa deles sobre essas áreas, eles vão dizer que essas áreas são deles, que ainda pertencem à União (governo federal). Por isso, são áreas cuja suposta legalidade, como afirma a AMCEL, nós da CPT contestamos. São áreas matriculadas, mas de forma irregular, ilegal, e são, ao todo, mais de 100 mil hectares. São terras que deveriam também ser devolvidas para a União. Um desembargador e um corregedor da Justiça pediram, já em 2003, aos cartórios no Amapá para corrigir estes registros fraudulentos, inclusive nos cartórios que fizeram essas matrículas das terras da AMCEL. Mas nada aconteceu depois, e os juízes do caso argumentam que a Advocacia Geral da União (AGU) tem que instaurar uma ação judicial para recuperar essas áreas para poder criar assentamentos de reforma agrária, mas a AGU não faz isso. Hoje, uma tática da AMCEL para se desfazer dessas áreas é negociar esses títulos ilegais com o agronegócio da soja.

Pergunta: Quem financiou a AMCEL, mesmo com toda essa grilagem de terras?

Padre Sisto: O FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), dinheiro público brasileiro, financiou boa parte das plantações da AMCEL. É dinheiro que também deveria financiar pequenos agricultores, mas eles não têm acesso porque não têm condições de formular e apresentar o projeto. É a AMCEL e outras empresas e fazendeiros ligados ao agronegócio da soja, por exemplo, que fazem projetos e pegam a grana.

Pergunta: A empresa afirma que estaria “engajada” em resolver os conflitos com os pequenos agricultores através de “diálogo”. Como avalia a relação da empresa com os posseiros?

Padre Sisto: Essa relação não é respeitosa porque ela derruba as casas dos posseiros. Ano passado ela derrubou cinco casas no município de Ferreira Gomes; este ano, ela derrubou uma casa no município de Tartarugalzinho, inclusive com proteção do juiz daquela comarca, porque ela ganhou uma causa contra um pequeno posseiro. Só que essa casa fica no meio do mato. O que a AMCEL fez? O oficial da justiça foi lá, a AMCEL disse que é essa a casa, e o oficial da justiça mandou derrubar a casa do irmão desse posseiro que fica na beira da estrada e o que nem fazia parte do processo! Parece indicar que ela quer ampliar ainda mais sua área, até porque ela perdeu várias causas contra posseiros. Pergunto: por que a AMCEL tem 167 mil hectares, e mesmo perdendo várias causas na justiça, ela continua com os 167 mil hectares? Ou seja, ela provavelmente está querendo recuperar as áreas que ela perdeu legalmente na justiça. E o juiz de Tartarugalzinho, diante do pedido do agricultor de ressarcimento da sua posse, em vez de pedir à AMCEL para reconstruir imediatamente a casa, disse que vai correr um processo e que a primeira audiência será só no ano que vem. Perante isso, o agricultor já se sente intimidado de reconstruir sua própria casa porque a empresa já derrubou uma vez, e ele fica com medo que o juiz vai mandar derrubar de novo.

Pergunta: Mesmo que alguns posseiros tenham ganhado na justiça, na maioria das vezes, a AMCEL saiu vitoriosa. Podemos esperar justiça do poder judiciário no Amapá?

Padre Sisto: Não, por exemplo, as cinco casas que foram derrubadas no município de Ferreira Gomes, o próprio juiz foi acompanhar a derrubada das casas. Segundo o relato dos moradores que estavam lá, ele disse “quero ver essas casas no chão”. O juiz de Tartarugalzinho é pior ainda. Ele, perante uma derrubada de casas de forma irregular, além de não reconhecer o próprio erro, ainda passou por cima dizendo que em fevereiro/março [de 2021] vamos conversar sobre isso. Mas já deixou entendido para a AMCEL que não vai acontecer absolutamente nada. Esse juiz, ele mesmo ocupa uma terra pública. Com juízes do estado, aos quais a AMCEL sempre recorre para expulsar os posseiros, muito dificilmente vai ter uma decisão favorável aos pequenos agricultores.

Pergunta: Qual é o caminho que a CPT – que atua numa perspectiva de justiça social – aponta para resolver o conflito fundiário criado pela AMCEL a partir da década de 1970? E qual é a sua mensagem para o povo da Dinamarca, para onde a AMCEL manda cavacos de madeira certificada pelo FSC?

Padre Sisto: No caso, a Justiça Federal deveria entrar no meio e dizer para os juízes deste estado – o Amapá – para não dar mais decisão nenhuma. A Justiça Federal entrar é diferente porque ela tende muito mais a avaliar o domínio da área e se se trata de uma área da AMCEL ou não. Ela vai avaliar os títulos de terra, se se trata de uma terra pública e, caso seja, mesmo sendo apenas um milímetro de terra pública, a AMCEL vai ter que devolver essa terra grilada. Os juízes do estado, ao contrário, tendem a querer afirmar que as terras são do estado de Amapá e não da União. Vários juízes do estado inclusive participam do projeto do agronegócio. Alguns deles já fizeram programas no rádio junto com representantes do agronegócio. Tem também juízes federais que gostam do agronegócio, mas as decisões deles tendem a ser mais equilibradas. É por isso que a AMCEL sempre procura a justiça estadual, nunca a justiça federal.

Há agora um processo complicado em curso no Amapá, de transferência das terras da União para o estado, e o estado do Amapá quer fazer a regularização das terras para dar ao agronegócio, não aos pequenos agricultores. Ao mesmo tempo, o governo Bolsonaro não libera um centavo para o INCRA, exatamente para não fazer nada. Vivemos um momento muito difícil, em que não tem vontade política para fazer uma regularização fundiária em benefício do pequeno agricultor.

Eu diria para os dinamarqueses que está na hora deles plantarem as árvores lá na Dinamarca e eles colherem essas árvores, em vez de colhê-las aqui. Aqui já estamos num processo de desmatamento e devastação e destruição gravíssimo promovido pelo governo Bolsonaro. É aí que ele se fortalece, quando ele pode dizer que estamos mandando madeira para Dinamarca porque eles estão nos pedindo. Enquanto isso, ele está tocando fogo, incentivando a queima e a destruição da floresta para dar espaço ao boi, à soja, ao agronegócio. E a madeira pode ser uma boa desculpa para ele poder fazer isso. Está mais do que na hora de os próprios países da Europa plantarem a madeira que eles já destruíram no passado, replantar [na Europa], e eles utilizarem a madeira deles e não a madeira da Amazônia, que permite que mais pessoas sejam expulsas e mais crimes ambientais sejam cometidos.

(1) GRAIN, Legalização do grande roubo de terras públicas no Brasil: agronegócio, desmatamento e o caldeirão de futuras pandemias, abril de 2020, <https://www.grain.org/en/article/6455-legalizacao-do-grande-roubo-de-terras-publicas-no-brasil-agronegocio-desmatamento-e-o-caldeirao-de-futuras-pandemias>

(2) OXFAM Brasil, Terras e desigualdade, <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/terras-e-desigualdade/>

(3) Boletim 240 do WRM, FSC e RSPO parceiros no crime? A questão fundiária da Jari Florestal e da Agropalma na Amazônia brasileira, 2018, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/fsc-e-rspo-parceiros-no-crime-a-questao-fundiaria-da-jari-florestal-e-da-agropalma-na-amazonia-brasileira/>

(4) AMCEL - Amapá Florestal e Celulose S.A, <http://www.amcel.com.br/#home/>

(5) Amcel, Relatório de avaliação para certificação de manejo florestal e cadeia de custódia desde a floresta até a saída do produto, <http://fsc.force.com/servlet/servlet.FileDownload?file=00Pf300000t1ht2EAA>

Indonésia: legalizando crimes em nome da “geração de empregos”



Ph: Frans Ari Prasetyo

Com a adoção da chamada Lei Geral (*Omnibus Law*) sobre Geração de Empregos em outubro de 2020, o governo da Indonésia alterou mais de 75 leis existentes. O maior impacto dessa mudança deve se dar sobre o meio ambiente, os direitos das comunidades camponesas e dos povos indígenas, bem como os direitos dos trabalhadores. A Lei modifica (e desregulamenta) os processos de licenciamento e planejamento do uso da terra para atividades empresariais. Ela também dá mais poder ao governo central e ao setor empresarial – incluindo a indústria do carvão, diretamente beneficiada por um pacote de incentivos. Por exemplo, as empresas de produção de carvão passam a ser isentas do pagamento de royalties se estabelecerem operações para o processamento da matéria-prima, como usinas termelétricas.

Na Indonésia, essa situação é particularmente problemática. Um artigo recente no boletim do WRM (1) menciona como o presidente Widodo e sua família, o vice-presidente e outros colaboradores próximos estão envolvidos no setor de mineração de carvão. Além disso, 262 de 575 parlamentares indonésios são funcionários, proprietários, acionistas ou diretores de algumas das maiores indústrias extrativas e *tradings* do país – indicativos fortes de que as empresas assumiram efetivamente o controle do aparato do governo central. Nesse contexto, é fundamental destacar outra característica importante da Lei Geral: o governo central suspende o direito dos governos regionais de vetar projetos de investimento já aprovados por Jacarta (capital do país, onde está instalado o governo central), o que aumentará os conflitos entre as dinastias locais e a elite política da capital. (2)

Ao mesmo tempo, a Lei restringe (e, em alguns casos, até elimina) a possibilidade de consultas ou questionamentos por parte da sociedade civil e das comunidades afetadas sobre a aprovação de projetos como grandes minas ou plantações industriais. Também restringe o direito do público a fazer ressalvas às avaliações de impacto ambiental uma vez

que estas sejam aprovadas, mesmo quando se puder demonstrar que o projeto aprovado causará danos ecológicos e sociais.

O Ministro do Meio Ambiente da Indonésia argumentou que essa limitação se “baseia em conclusões de que, muitas vezes, os interesses das comunidades locais afetadas diretamente foram diluídos por interesses externos indiretos”. Da mesma forma, um membro da comissão que aprovou a lei no parlamento disse que as críticas feitas por quem não é diretamente afetado devem ser limitadas se “não estiverem de acordo com os interesses nacionais”. (3) Essas declarações são altamente problemáticas, pois as comunidades afetadas raramente recebem a informação correta no tempo certo, só percebendo a extensão dos impactos quando máquinas ou guardas das empresas aparecem em seus territórios. Além disso, quais são esses “interesses nacionais” de que falam os representantes do governo? De quem são os interesses que eles representam?

Desde que essa proposta veio à tona, milhares de trabalhadores foram às ruas para se opor à Lei Geral, e centenas de manifestantes foram presos. Os direitos dos trabalhadores foram sequestrados, principalmente aqueles destinados a proteger as mulheres, que são mais vulneráveis à subjugação e à exploração. (4) Muito já foi escrito sobre os perigos e os riscos da Lei Geral, inclusive por parte de empresas que objetivam o lucro, mas que fiquem preocupadas com possíveis prejuízos à sua imagem como resultado da implementação da lei.

No entanto, poucos materiais escritos incluem vozes de ativistas comunitários de todas as ilhas falando sobre as prováveis implicações da Lei sobre seus territórios e vidas. É por isso que o WRM recorreu a um aliado próximo na Indonésia, que dialogou com seis ativistas comunitários que vêm resistindo – alguns, há décadas – a vários investimentos prejudiciais nas ilhas. Cada um desses ativistas cresceu testemunhando a destruição e a tomada de suas ilhas, florestas, rios, águas costeiras, dos animais que lhes fornecem proteína, do ar puro, como resultado da sequência de agressões do governo e/ou de projetos de investimentos empresariais. “Para cada um deles”, disse o nosso aliado indonésio, “a história e o trabalho de base de que fazem parte têm caráter profundamente pessoal. Apesar do tom decidido de suas vozes, os diálogos foram marcados por uma notável ausência de jovialidade – algo muito estranho nas culturas orais locais na Indonésia. É um reflexo de como seu estado interior está sombrio atualmente”.

Estas são as histórias deles.

Por razões de segurança, nenhum nome é revelado.

“Mama Na”: lutando contra plantações industriais de dendê e madeira

Mama Na pertence à tribo Muyu. Ela mora em Kampung Subur, na regência [divisão político-administrativa inferior a província] de Boven Digul, Papua. Entre 2013 e 2014, a PT BCA (PT Berkat Cipta Abadi), uma subsidiária do conglomerado coreano de óleo de dendê e madeira Korindo Group, destruiu pelo menos 12.300 hectares de floresta. O Grupo Korindo é a maior empresa de plantações de dendê de Papua. Outra empresa do ramo, a PT MRJ (PT Merauke Rayon Jaya), que abastece multinacionais como Mars, Nestlé, PepsiCo e Unilever, (5) também está ameaçando as florestas e terras de Mama Na. Além disso, as terras de sua comunidade estão ameaçadas por plantações industriais voltadas à produção de madeira.

A empresa de madeira compensada foi fundada em 1990 e mudou de dono três vezes. Ela costumava extrair madeira, mas como quase não sobrou floresta, a empresa agora está

plantando dendezeiros com o objetivo de expandir suas atividades para outras partes desta terra. Mais tarde, juntou-se a uma empresa de plantação de madeira [uma categoria conhecida na Indonésia como HTI] e mudou de nome para se habilitar a desenvolver plantações. Em Kampung Subur, a empresa de plantações de dendê PT BCA entrou nos territórios dos clãs Toweb, Tomba e Burok. Ela nunca entrou na minha terra. Eu me oponho a ela porque eu perderia a minha terra e o meu sustento. Eu já vi os impactos.

A água está poluída. Há peixes mortos em toda a extensão dos rios Bian e Digul. Quando chegaram à região, eles construíram um hospital, o Korindo. É literalmente uma “casa para doentes” (em indonésio, Rumah Sakit, ou “casa para doentes”) porque a empresa chegou para nos deixar doentes. O dano penetra no subsolo, na água, e os peixes morrem. Quando usamos a água para cozinhar, a panela fica oleosa. Desde que a empresa chegou, a nossa sensação é de que perdemos a nossa cultura. Não temos mais as nossas tradições. Por exemplo, perdemos nossas habilidades artesanais, como a produção de noken, enok, nyiru ayak, que são feitos com junco e bambu.

Agora, eu estou preparada e continuo alerta para enfrentar a empresa de plantações de dendezeiros PT MRJ e outras, que fazem plantações industriais para produzir madeira. O pessoal da empresa está de olho nas terras do clã Ikoké para implementar um ‘mar de árvores’. Eles vêm e dizem que estão ali para fazer turismo ou promover a conservação, enganando a comunidade.

Alguém da PT MRJ veio ontem e disse na sede da aldeia: “Vamos fazer vocês prosperarem. Vamos construir, fornecer água limpa, bons empregos, vamos fazer isso e aquilo pela comunidade”. Mas as pessoas disseram NÃO a tudo aquilo, porque já entenderam a situação real. Os truques da empresa foram descobertos. Portanto, não aceitamos mais aqueles que querem nos persuadir. E estamos sofrendo mais por isso.

Todos nós dependemos das florestas para alimentação e, mesmo assim, vemos como elas foram destruídas. Nós rejeitamos a proposta para poder usar, juntos, a floresta que ainda existe, protegendo-a e cuidando dela. Se não, para onde os meus filhos e os meus netos irão no futuro?

Eu tenho seis filhos e todos dizem que Mama Na é uma guerreira para eles. Todos são muito unidos a Mama Na. Nossa vida não é fácil. Não somos teimosos nem arrogantes. Eles são ricos e nunca pensaram no nosso bem-estar. O tempo acabou.

Ey lutando contra a devastação causada por uma empresa de mineração

Ey é da aldeia de Aramsolki, no distrito de Agimuga, regência de Mimika. Ela é muito ativa na criação de um espaço para os membros de comunidades de três distritos manifestarem suas queixas devido à completa devastação dos rios e estuários da região. Essa poluição e esses danos intensos são resultado da emissão direta de grandes quantidades de rejeitos em rios e cursos d’água pela mineradora PT Freeport Indonesia, que tem uma das maiores minas de cobre e ouro do mundo, em Papua. (6)

As pessoas que vivem às margens dos rios e à beira do mar têm uma cultura de caça e dependem do mar ou do rio. Esse descarte irresponsável de rejeitos destrói a vida delas. Os animais começam a morrer lentamente, pois, a cada dia, inalam e consomem água contaminada pela lama do rejeito da mina. Também observamos que muitas pessoas sofrem de coceiras e outros problemas de saúde.

Os rejeitos da Freeport também fazem com que a comunidade perca o acesso ao transporte fluvial. A sedimentação de resíduos no rio Ajikwa/Wanogong gerou um assoreamento extraordinário ao longo do rio Sampan, da ilha Puriri e em Kampung Pasir Hitam, em direção ao estuário. Anteriormente, os membros das comunidades usavam essa rota para ir de uma ilha à outra ou à cidade, encontrar parentes, vender sua produção agrícola ou trocar produtos da caça ou da plantação, e a rota também servia para as crianças terem acesso à educação. Hoje em dia, as pessoas têm que esperar que a água do rio suba o suficiente para que os barcos ou canoas possam passar. Às vezes, esperam cinco horas ou até um dia e uma noite. Gente desesperada empurra seus barcos sobre o rio coberto de lixo, causando muitos danos às suas embarcações. Outras pessoas optam por atravessar em alto mar, o que é muito perigoso.

Perdemos uma aldeia: Kampung Pasir Hitam. E também cinco rios: Yamaima, Ajikwa/Wanogong, Sampan, Ajiira e Manarjawe. O problema é muito sério.

Curiosamente, no meio de um rio raso que secou, a Freeport está plantando árvores. Estamos furiosos com isso. A empresa afirma estar reflorestando, mas ninguém sabe que um rio desapareceu ali! A empresa planta árvores e elimina as provas.

Ni lutando contra um projeto de energia geotérmica

Ni é de Jailolo, na Ilha de Halmahera, nas Molucas Setentrionais. Jailolo é um aglomerado de aldeias sujeito a terremotos, próximo a uma área de floresta. Também é o nome de um vulcão que voltou a se tornar ativo recentemente. Na última década, têm ocorrido fortes terremotos todos os anos. Desde 2008, a PT Star Energy Geothermal Company, uma subsidiária da PT Barito Pacific Tbk., obteve a concessão do campo geotérmico de Jailolo e iniciou a exploração na área, de 12.960 hectares. A Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos (USTDA) concedeu um financiamento de 733 mil dólares para que a PT Star Energy Geothermal Halmahera realizasse um estudo de viabilidade para o projeto. (7) Em 2017, no entanto, o Ministério da Energia e Recursos Minerais retirou a concessão da Star Energy, e as atividades de exploração passaram a ser realizadas pela PT Sarana Multi Infrastruktur (SMI) – um empreendimento conjunto do Ministério da Finanças da Indonésia, do Banco Mundial e do Banco Asiático de Desenvolvimento. No início de 2020, o governo deu um forte apoio esse investimento.

Na minha opinião, a maior ameaça em Jailolo é o governo, pois ele não se importa, e quer se juntar à empresa geotérmica. A Star Energy chegou em 2008, coletando informações. Até agora não houve qualquer desenvolvimento ou construção. Mas o medo existe porque a maioria das pessoas em Jailolo é de pescadores ou agricultores. Por exemplo, há uma aldeia, Saria, onde a pesca é o principal meio de subsistência, e as pessoas praticam a agricultura como atividade paralela. Existem aldeias que ainda dependem da floresta, como Payo, Pateng, Bobo, Bobo Joko e Idamdehe. Nesta última, está planejada a perfuração de um poço geotérmico.

Nossa floresta ainda é muito saudável e não vamos deixar o projeto geotérmico derrubá-la. Nunca recebemos informações adequadas sobre esse projeto de usina. A nova Lei Geral terá, sem dúvida, um enorme impacto. A terra será invadida e pescadores e agricultores perderão seus meios de subsistência. Com essa nova Lei, o governo está ajudando a empresa, mas as aldeias têm uma unidade forte, principalmente os Povos Indígenas de Saria e Idamdehe.

Na, lutando contra uma mina de níquel

Na é do sudeste de Sulawesi, onde as pessoas enfrentam uma mineradora de níquel. (8) A comunidade conseguiu bloquear as atividades da empresa em 2019 e fez com que ela levasse seus equipamentos pesados de volta à sede do projeto em terra. Na está na vanguarda da resistência.

Para a comunidade, a mineração não traz nada de bom. Nada. Se a mineração chegasse aqui, seria perigoso. Em primeiro lugar, nossas plantas não vão dar frutos por causa da poeira! Aqui tem coco, goiaba, cravo, noz-moscada e pimenta. Em segundo lugar, a água. Em terceiro, para onde irão os resíduos? Para o mar? Mas esta é uma vila de pescadores! Quem pesca obviamente será prejudicado. Então a mineração não é boa para nós. O impacto é enorme, nós já vimos. A mineração só dura um momento. Em um piscar de olhos, o dinheiro desaparece. É só por um momento porque é tudo mentira. E, na verdade, é tudo questão de dinheiro. Estamos muito traumatizados por causa dessa mineração. Temos que ficar vigilantes, principalmente para não desistir. É isso.

Mas todas as terras em torno da área de mineração foram afetadas. Da terra dos meus pais à minha, tudo é afetado. Por exemplo, na estrada de acesso, por onde os veículos vão e vêm, há poeira em toda parte. Nós temos que lavar as folhas de bananeira antes de usar. Além disso, com a mina, a família se separou. Os impactos são óbvios, mas eles não estavam cientes disso, de que esse efeito já existe. Anteriormente, um pedaço de peixe custava dez mil rupias indonésias; agora vai chegar a 50 mil. Quem pode pagar esse preço? E não podemos mais pescar.

Agora, a nova Lei quer facilitar o licenciamento para as grandes empresas, mas nós defendemos os nossos direitos. A base da minha vida está na minha terra. Se há produção agrícola, há esperança. Nós temos nossas plantas lá, podemos ganhar algum dinheiro com as nossas colheitas. Sem isso, eu não posso sonhar com meus filhos e netos. A mina nos causa muito sofrimento, tudo está sendo destruído. Deixaremos para chorar mais tarde. Mas nunca! Eu nunca vou desistir da terra.

Yati Dahlia lutando contra os planos de uma nova capital

Dahlia é de Penajam Paser Utara, em Kalimantan Oriental. É ativista e artista tradicional que pertence aos Balik, uma pequena tribo que vive no centro da área onde está sendo planejada a nova capital da Indonésia, e perto de uma das maiores regiões de mineração. A tribo Balik tem cerca de 5 mil membros, que falam sua própria língua.

Não queremos fazer diferença entre as tribos. Aqui há os Balik, os Paser e os Dayaks. Mas com esse projeto enorme, parece que estão armando para nós. Querem que a gente entregue a terra ... Depois nos pedem uma fotocópia dos nossos documentos de identidade. O principal motivo é que eles querem dividir a terra. Alguns querem assumir posições para se tornar líderes tradicionais ou o que seja ... Estamos muito agitados. Como podemos nos unir se ainda estamos sendo usados por pessoas que só se preocupam com elas mesmas?

Nós lemos sobre a Lei Geral mas esta é a terra dos nossos ancestrais. Estamos muito inquietos e angustiados. O governo não vai parar até nos convencer a vender nossas terras. Eles dizem: "Vamos trabalhar juntos". Eu disse a parentes e amigos, que são donos da terra aqui, que nossos ancestrais não fecham os olhos e estão nos observando de cima. Mesmo que a tribo Balik seja minoria, precisamos viver unidos para defender a terra.

Ah: na luta contra um projeto de energia geotérmica

Ah é de Salingka Gunung Talang, regência de Solok, Sumatra Ocidental. Ah é a ativista de um movimento que envolve quatro comunidades da região serrana ameaçadas por um projeto geotérmico administrado pelo consórcio turco PT Hitay Power Energy e PT Dyfco Energi. (9)

Quase todos que vivem no sopé do Monte Talang, no distrito de Solok, são agricultores. Até mesmo os funcionários públicos [conhecidos como PNS na Indonésia] estão envolvidos com a agricultura para obter uma renda extra. Temos orgulho dos nossos produtos agrícolas e do nosso arroz delicioso e famoso, chamado Bareh Solok. Em termos gerais, este era um lugar seguro até 2017, quando o projeto de mineração geotérmica bagunçou as nossas vidas. Naquela época, o projeto já não era claro, mas nós sabíamos que a eletricidade que eles queriam produzir não era para a comunidade, não nos beneficiaria. O pessoal da empresa forçou a entrada. Em seguida, começaram as prisões por causa da queima de um carro da empresa, embora não tenha ficado claro quem o queimou, devido ao grande número de pessoas envolvidas. Os detidos por esse incidente ficaram presos de fevereiro de 2018 ao primeiro mês de 2020. Mesmo assim, temos bloqueado sistematicamente as tentativas dos seguranças das empresas e das forças armadas de entrar em nossa área.

Não temos notícias da empresa agora, e também observamos que não houve nenhuma tentativa de entrar novamente em nosso território. Mas nós continuamos vigilantes. Com a Lei Geral, sabemos que existe um grande risco para a nossa segurança se o projeto for executado.

Apesar de as pessoas terem cada vez mais medo de que suas terras e meios de subsistência sejam restringidos ainda mais e roubados com a aprovação da Lei Geral, essas histórias também mostram como as comunidades continuarão resistindo à destruição de suas florestas e terras.

(1) Boletim 252 do WRM, Indonésia: REDD+, financiamento europeu ao desenvolvimento e “economia de baixo carbono”, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/indonesia-redd-financiamento-europeu-ao-desenvolvimento-e-economia-de-baixo-carbono/>

(2) The Interpreter, Indonesia’s Omnibus Law won’t kill corruption, 2020, <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/indonesia-s-omnibus-law-won-t-kill-corruption>

(3) Mongabay, Indonesia’s Omnibus Law a ‘Major Problem’ for Environmental protection, 2020, <https://news.mongabay.com/2020/11/indonesia-omnibus-law-global-investor-letter/>

(4) Business and Human Rights Resource Centre, Omnibus Law on Job Creation reinforcing patriarchal mentality, 2020, <https://www.business-humanrights.org/en/blog/omnibus-law-on-job-creation-reinforcing-patriarchal-mentality/>

(5) Greenpeace, PT Berkas Cipta Abadi Oil Palm plantation in Papua, 2018, <https://media.greenpeace.org/archive/PT-Berkas-Cipta-Abadi--PT-BCA--Oil-Palm-Plantation-in-Papua-27MZIFJW97GL8.html> ; EJAtlas, Korindo clearing forests for oil palm plantations, Papua, Indonesia, 2020, <https://ejatlas.org/conflict/korindo-clearing-forests-for-oil-palm-plantations-papua-indonesia>

(6) The Insiders Stories, Freeport Indonesia’s Production Rises 9% in the 2Q of 2020, <https://theinsiderstories.com/freeport-indonesias-production-rises-9-in-the-2q-of-2020/>; London Mining Network Mimika’s Coastal Dystopia: Besieged by Freeport’s Indonesia’s Mine Tailings Slurry, <https://londonminingnetwork.org/wp-content/uploads/2018/04/Mimikas-Coastal-Dystopia-1.pdf>

(7) The Jakarta Post, Geothermal Projects expand clean energy, 2010, <https://www.thejakartapost.com/news/2010/03/31/geothermal-projects-expand-clean-energy.html>

(8) As empresas que têm licença para mineração na ilha são PT Alatomia Karya, PT Bumi Konawe Mining, PT Derawan Berjaya Mining, PT Gema Kreasi Perdana, PT Kimco Citra Mandiri, PT Konawe Bakti Pratama, PT Hasta Karya Megacipta, PT Pasir Berjaya Mining, PT Cipta Puri Sejahtera, PT Natanya Mitra Energy, PT Investa Pratama Inti Karya e PT Kharisman Kreasi Abadi. Veja Asia Times, Mining permits revoked after Wawonii protests, 2019, www.asiatimes.com/2019/03/article/mining-permits-revoked-after-wawonii-protests/

(9) Boletim 244 do WRM, Indonésia: a verdade sombria por trás da energia geotérmica: uma enganosa narrativa sobre “energia limpa”, 2019, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/indonesia-a-verdade-sombria-por-tras-da-energia-geotermica-uma-enganosa-narrativa-sobre-energia-limpa/>

Lei, crime e desmatamento nas zonas rurais da Tailândia



Moradores processados por invadir o Parque Nacional de Sai Thong, na província de Chaiyaphum. O tribunal decidiu prendê-los e obrigá-los a pagar indenização ao Estado.
Foto: Prachatai

[Disponível em tailandês: กฎหมาย อาชญากรรม และการตัดไม้ทำลายป่าในพื้นที่ชนบทของไทย](#)

Como são definidos os crimes nas florestas? E quem os comete? Os casos a seguir dão uma ideia de como, nos últimos anos, a lei tem sido aplicada contra as comunidades tailandesas que vivem na floresta e quais foram as consequências.

Kaeng Krachan

No Parque Nacional de Kaeng Krachan, no oeste do país, autoridades queimaram as casas e apreenderam ou destruíram os pertences de membros da etnia Karen que moravam no local. As comunidades exigiram retornar aos seus territórios de origem depois que as condições de vida nas novas casas que receberam se revelaram insuportáveis.

Kaeng Krachan é uma grande floresta ao longo da fronteira com a Birmânia, e é o lar das comunidades indígenas Karen há 100 anos. Em 2011, o governo tailandês propôs que a área se tornasse Patrimônio Mundial da UNESCO, embora o pedido não tenha sido aprovado. Desde 2011, a intimidação e a violação dos direitos humanos dos moradores têm sido frequentes, culminando na expulsão de 98 famílias Karen do parque.

Khaw-Ee Meemi, avô, então com 100 anos, e um dos despejados que viram suas casas ser queimadas, depôs em 2012, na ação movida em um tribunal administrativo, da qual ele era um dos autores. Ele disse: “Quando eu abri meus olhos pela primeira vez, como recém-nascido, lá estava a floresta na minha frente. Foi lá que eu bebi minha primeira gota de leite”. Khaw-Ee nasceu em 1911, 30 anos antes da promulgação da primeira lei florestal na Tailândia e 50 anos antes da primeira lei de parques nacionais.



Pawlajii (“Billy”) Rakjongjaroen, neto de Khaw-Ee, que dava continuidade à luta pelos direitos dos Karen em Kaeng Krachan, desapareceu em 2014. Cinco anos depois, o Departamento de Investigações Especiais descobriu, em um barril de óleo sob a superfície de um açude em Kaeng Krachan, fragmentos ósseos cujo DNA correspondia ao da mãe de Pawlajii.

Chaiyaphum

Em 2016, Den Khamlae, líder da comunidade Khok Yao na luta pelos direitos à terra na província de Chaiyaphum, no nordeste do país, também desapareceu em circunstâncias misteriosas. Fragmentos de ossos de um crânio humano foram encontrados mais tarde na floresta, e o DNA provou ser semelhante ao de outros membros da família de Den.



Den havia participado de uma luta antiga, disseminada por todo o nordeste da Tailândia, contra o registro oficial de uma Reserva Florestal Nacional em terras há muito ocupadas por pequenos agricultores e contra sua ocupação por plantações industriais de eucaliptos. Sua esposa, Suparb Khamlae, foi presa por apoiar a defesa das terras da comunidade de Kok Yao, sob o argumento de “invasão da floresta estatal”.

Despejo e prisão

Em 2014, ao encenar um golpe militar da Tailândia, o Conselho Nacional para a Paz e a Ordem (NCPO, na sigla em inglês) usou seus poderes constitucionais temporários para emitir a Ordem 64/2014, que dava poderes aos militares para devolver as terras com florestas confiscadas e instaurar processos contra as empresas envolvidas. Na prática, porém, os moradores pobres cujas terras haviam sido tomadas tiveram de enfrentar acusações criminais e civis. Apenas um ano após a emissão da Ordem 64/2014, pessoas de todo o país apelaram à Comissão Nacional de Direitos Humanos, pois a Ordem estava sendo usada para despejar moradores de áreas oficialmente consideradas como florestas, confiscar suas terras e destruir seus pertences sem qualquer controle ou verificação dos fatos.



Um cartaz oficial de divulgação da província de Phitsanuloke: “Devolvam as florestas ao país”.

Entre 2014 e 2019, cerca de 46.600 moradores foram processados por invasão de florestas. Nos tribunais de Chaiyaphum, por exemplo, usando a Lei do Parque Nacional, eles foram presos e despejados de suas terras, e tiveram que pagar indenizações por danos. Foram movidas ações criminais e cíveis não apenas em relação a terras com florestas, mas também a outras terras públicas, bem como alguns dos cerca de 410 processos contra ativistas do P-MOVE, uma rede de movimentos por justiça social. Segundo essa rede, também aqui, as terras das aldeias foram apreendidas e seus moradores foram presos ou sofreram processos cíveis por danos à natureza. (1)

De acordo com a Human Rights Watch, entre 2016 e 2018, a Comissão Nacional de Direitos Humanos da Tailândia recebeu mais de 100 denúncias de tortura nas províncias sulistas de Pattani, Yala e Narathiwat, onde os militares usam rotineiramente uma combinação da Lei Marcial com o Decreto Emergencial sobre a Administração Pública em Estado de Emergência para deter e interrogar pessoas por até 37 dias sem acusação nem acesso a advogado. (2)

E embora o Conselho Nacional para a Paz e a Ordem tenha sido formalmente dissolvido em julho de 2019, quando um novo governo assumiu, a atual constituição tailandesa isenta seus membros e qualquer pessoa que tenha agido sob suas ordens de responsabilidades por violações de direitos humanos cometidas durante o regime militar. Muitos críticos afirmam que o NCPO ainda está intacto e ocupa posições de poder.

A borracha como árvore criminosa

As plantações de seringueiras em áreas de florestas públicas foram declaradas ilegais de acordo com a política do NCPO, mas as pequenas plantações dos moradores têm sido o principal alvo. Militares e autoridades civis cortaram as seringueiras dos moradores e os forçaram a assinar acordos para entregar as terras onde vivem ao Estado ou sofrer ações judiciais.

As autoridades justificam essas ações e intimidam a população rural que é alvo delas ao alegar que os moradores são, na verdade, capitalistas ou que estão sendo apoiados por grandes empresas.



Autoridades removem as seringueiras dos moradores.

Moradores das aldeias como bodes expiatórios

Na Tailândia, empresas britânicas receberam concessões madeireiras muito antes da fundação do Departamento Florestal Real, em 1896, e isso continuou acontecendo com as

plantações de teca até cerca de 1954, quando as concessões estrangeiras acabaram, juntamente com a maior parte dos recursos de teca do país. Naquele momento, empresas paraestatais (ou seja, pertencentes ou controladas total ou parcialmente pelo governo) começaram a trabalhar em concessões para extração de madeira de lei. Entre 1961 e 1985, a área com florestas da Tailândia encolheu de 53% para 28%. Entre 1981 e 1985, os índices de desmatamento do país estiveram entre os dez maiores do mundo, com as operações madeireiras estatais desempenhando um papel importante na devastação.

Em 1988, a exploração madeireira foi proibida na Tailândia como resultado dos esforços das comunidades rurais para proteger as florestas, juntamente com uma mobilização ambiental popular após inundações catastróficas no sul do país. Ainda assim, enquanto o Ministro da Agricultura da época, que ordenou a proibição, recebeu ampla aclamação pública por sua ação, os sacrifícios dos moradores que pressionaram por essa proteção da floresta foram, em grande parte, esquecidos. E, ao invés do Estado e das empresas, eles se tornaram os bodes expiatórios do desmatamento. A conservação florestal oficial se concentrou na aplicação da lei contra os moradores rurais.

Leis florestais para quem?

No início de 2018, a construção de um conjunto habitacional para funcionários do Poder Judiciário do governo tailandês nas encostas do Monte Suthep, em Chiang Mai, atraiu fortes críticas do público por ter destruído uma área de floresta densa. A terra estava originalmente em posse do exército e, portanto, não havia sido declarada como área florestal de acordo com a lei, mas ficava perto de um Parque Nacional que os críticos alegavam ter sido invadido.

Para os manifestantes locais, os dois pesos e duas medidas eram claros: o Estado estava constantemente confiscando terras de moradores comuns e florestas comunitárias por motivos de “conservação”, embora ele próprio fosse um importante infrator florestal. Em meados de 2018, o governo foi forçado a encerrar o projeto habitacional e reflorestar a área.

Uma história que continua

As tentativas do governo tailandês de expulsar as pessoas de suas terras datam de muitas décadas, mas se tornam especialmente violentas durante governos golpistas. Por exemplo, o governo e seu chamado Conselho de Ordem e Paz, que assumiu o poder no golpe militar de 1991, lançou um programa de reassentamento para moradores empobrecidos que viviam nas chamadas terras degradadas da Floresta da Reserva Nacional. Da mesma forma, o Conselho – agora sob pressão de protestos liderados por estudantes, embora não esteja formalmente no poder – se serve da aplicação injusta da força militar e do Estado em sua política de retomar terras com florestas por meio dos tribunais.

A implementação da política florestal na Tailândia tende a se basear em números cujas fontes não são reveladas, que afirmam que o país “precisa” de 40% de cobertura florestal – cerca de 20,5 milhões de hectares. Atualmente, em torno de 42% são classificados pela lei como áreas de florestas, embora grande parte delas tenha poucas árvores. Isso transforma, oficialmente, pelo menos 1,9 milhão de habitantes do país, ou cerca de 636 mil famílias e um número não especificado de comunidades, em infratores cujos direitos podem ser legalmente violados sem que tenham muito ao que recorrer.

Com certeza virão mais prisões e confiscos de terras.

Disponível em tailandês: [กฎหมาย อาชญากรรม และการตัดไม้ทำลายป่าในพื้นที่ชนบทของไทย](#)

Pornpana Kuaycharoen, ativista social com longa experiência de trabalho em questões florestais e fundiárias. É coordenadora da ONG Land Watch Thai.

A Land Watch Thai é uma pequena organização que trabalha com questões fundiárias na Tailândia, tanto em nível local quanto de políticas.

(1) WRM Bulletin 229, 2017, Forest Conflicts in Thailand: State vs. People, <https://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section1/forest-conflicts-in-thailand-state-vs-people/>

(2) Human Rights Watch, Tailândia 2019, <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/thailand>

RSPO: terceirizando a regulamentação ambiental para empresas e indústrias de dendê

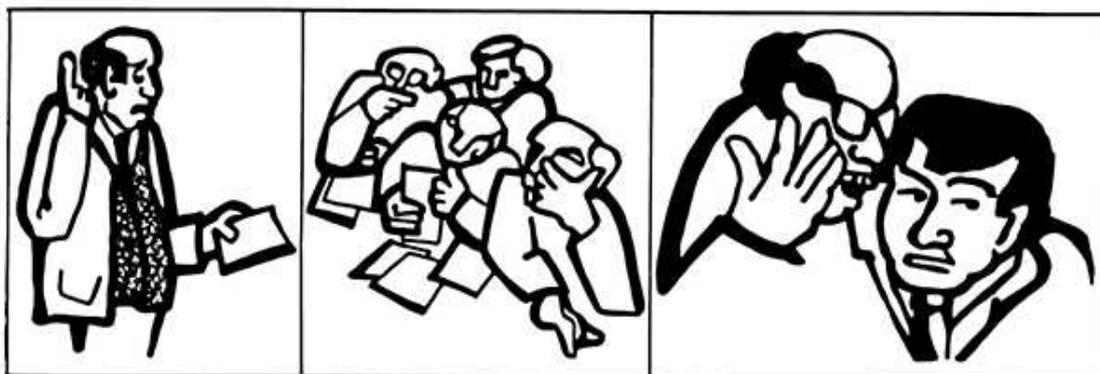


Ilustração: Militante Rini Templeton. RiniArt.com

Definições distorcidas de sustentabilidade estão transformando os pequenos agricultores em vilões. Os consumidores estão inadvertidamente colocando a sustentabilidade em risco e ajudando a canalizar o poder para mãos já poderosas, ao aceitar como válidos e, assim, legitimar os falsos padrões de sustentabilidade estabelecidos pelas grandes empresas.

O ecoconsumismo e a responsabilidade empresarial voluntária supostamente aumentam a eficiência do mercado, permitindo que os consumidores pressionem as empresas para que tenham melhores padrões de produção. A Mesa Redonda sobre Óleo de Dendê Sustentável (RSPO) é um exemplo disso. A RSPO fiscaliza o setor de óleo de dendê para a indústria e trata das preocupações da comunidade e das ONGs com relação a práticas de produção ambiental e socialmente prejudiciais, atuando como fiadora contra práticas destrutivas. (1) A RSPO surgiu de uma crise. A crise de instabilidade ecológica resultante da destruição causada por empresas contribuiu muito para a crise de legitimidade da prática e da ideologia do capitalismo, colocando em questão a hegemonia do sistema. A RSPO e outros programas semelhantes são capazes de usar essas crises não para mudar ou construir um sistema mais justo ou ecologicamente correto, mas para reforçar seu papel em benefício próprio.

Administrado por e para empresas do setor de óleo de dendê, o RSPO define os padrões de sustentabilidade pelos quais as práticas de produção são julgadas. Os membros da RSPO são auditados por auditores aprovados pelo RSPO e recebem um certificado de

sustentabilidade, para que os consumidores, em sua maioria do Norte global, possam fazer compras com a consciência tranquila, sabendo que os biscoitos, a pasta de dente ou o xampu que estão comprando não causaram desmatamento, despejo de comunidades ou a morte de orangotangos.

Contudo, programas como a RSPO têm uma grande falha, conhecida na teoria econômica como “risco moral”: a RSPO permite que os próprios produtores, com interesse em reduzir ao máximo os custos e a complexidade da sua produção, definam os padrões éticos de operação e produção de forma que legitime suas operações. Os produtores que não os cumprem (ou não têm como cumprir) são punidos moralmente e excluídos da sociedade de mercado “aceitável”. Os próprios produtores definem os padrões pelos quais são julgados, e os consumidores passam a ter a “liberdade”, mas também (de forma confusa) a responsabilidade de escolher os produtos – dentro de uma estrutura de valor definida por quem deseja que o consumidor compre.

Para ver como e por que isso não é uma solução para o desmatamento, e por que, em termos mais amplos, o modelo como um todo é enganoso para se compreender a sustentabilidade ecológica, é importante entender algo sobre o conceito e a estrutura da RSPO.

O conceito: um crime previsto

A RSPO é um arranjo entre empresas e ONGs. A maior parte dos membros é de fabricantes de bens de consumo, fábricas de produtos de dendê e empresas do comércio, a maioria da Europa e dos Estados Unidos, (2) incluindo Walmart, Nestlé, Mondelez e L’Oréal. (3) Tudo começou em 2002, como uma cooperação informal do WWF (uma grande ONG ambiental internacional) com Aarhus United UK Ltd (produtora de óleos e gorduras), Migros (cadeia de supermercados suíça), Malaysian Palm Oil Association e Unilever (bens de consumo). Hoje em dia, inclui empresas do agronegócio e os principais compradores de óleo de dendê, com destaque para o WWF, Unilever e a Malaysian Palm Oil Association. (4) O óleo de dendê claramente é fundamental para a receita financeira da Unilever e da Malaysian Palm Oil Association, mas os leitores podem pensar: “Ah, está tudo bem, o WWF vai responsabilizá-los!”. No entanto, não se esqueça: o WWF depende de financiamento empresarial para sobreviver, como a maioria das ONGs conservacionistas, e é difícil responsabilizar as pessoas que nos dão o pão de cada dia. O WWF também tem sido particularmente influente na construção de uma narrativa de consumo responsável por meio de outros esquemas de certificação, incluindo o FSC, para produtos de madeira e papel, o MSC, para peixes e frutos do mar, a Mesa Redonda da Soja Responsável e outros. Há muito tempo, essa ONG ambiental global defende iniciativas pró-empresas e pró-crescimento. Mais uma vez, existe esse risco moral.

O processo de definição de padrões está repleto de riscos morais. A RSPO é uma iniciativa que define padrões. Não é uma instituição que fiscalize nem aplique a lei, caso em que seria responsável por rígidos controles jurídicos e códigos de conduta. Em vez disso, o mercado (aquele conceito nebuloso que está sempre mudando de forma) é quem estabelece os padrões, fiscaliza e aplica as regras.

Quem formula essas regras (ou seja, o grupo de empresas e ONGs que são membros da Mesa Redonda) também gerencia o processo de fiscalização e auditoria na RSPO, que são feitas por atores indicados pelo setor (e não pelo governo), e também são pagas pelas

partes interessadas. Ou seja, um grande conflito de interesses. Seu caráter é voluntário, no sentido de que as empresas decidem se aderem ou não ao programa, mas o fato de não ser certificado coloca os produtores em uma zona cinzenta altamente subjetiva do ponto de vista moral, onde seus produtos são considerados “ruins” de acordo com padrões estabelecidos por atores que já dominam uma fatia do mercado. Na outra ponta da cadeia de produção, esse sistema de definição de padrões regulado pelo mercado também julga moralmente os consumidores de classe média que não compram seus produtos: “Você não compra óleo de dendê “sustentável”? Não compra xampu certificado? Isso é moralmente condenável, nem vou me misturar com você.”

Onde fazer a coisa certa?

Para aceitar o conceito de consumidor bem informado que orienta as redes de produção empresariais por meio de decisões ecologicamente responsáveis no ponto de compra, também é preciso aceitar toda uma forma de pensar sobre “liberdade”.

Para ser justo, inicialmente, o consumo responsável (ou ecoconsumo) parece uma boa ideia, isto é, se você acredita em sufrágio universal, faz sentido votar com seu dinheiro. Essa é a lógica: se mostrarem que são “sustentáveis”, as empresas ganharão mais participação no mercado, enquanto as insustentáveis se tornarão párias. A democracia do mercado é fortalecida para fazer cada euro, dólar e franco valerem no caixa do supermercado. Infelizmente, isso pressupõe que as escolhas tenham caráter comercial.

Os supermercados, onde os consumidores podem escolher produtos de óleo de dendê sustentáveis, são construídos para o consumo, como espaços “não criativos e antiescolha” onde pessoas confinadas são “livres” apenas para consumir. São lugares onde os compradores (não as pessoas) vêm para adquirir coisas. Eles não são projetados para melhorar o ambiente natural. Porém, as empresas inteligentemente incentivaram os consumidores a se sentirem culpados pelos problemas ambientais que, dizem elas, vêm do consumo excessivo. (6) Mas tudo bem! Existe uma coisa nova chamada de “consumo ético”, que redime o consumo excessivo! Assim, os espaços projetados e construídos para que consumamos foram ajustados, e agora oferecem perdão, por um preço – mais ou menos como a cesta da coleta da igreja. Porém, além de ser moralmente podre, essa solução conveniente nem é uma escolha comercial muito boa para os consumidores, pois eles vão julgar os produtos segundo os padrões e valores projetados pelas próprias empresas que os vendem. O que poderia dar errado?! É como se fraudadores e assassinos redefinissem as ideias de fraude e assassinato e depois convidassem um júri formado por seus amigos e pares para julgar seu comportamento.

A falha final e fatal da ideia do “consumidor responsável” é que a maioria dos consumidores não tem conhecimento, condições nem tempo para confirmar se um produto está rotulado corretamente, se os ingredientes foram produzidos ou processados de forma sustentável ou se os objetivos “sustentáveis” das empresas produtoras são ecológica ou socialmente razoáveis. Essa não é uma declaração de valores: todo o processo de produção e avaliação da sustentabilidade é extremamente complexo.

Para que o conceito de “consumidor responsável” funcione, os consumidores também precisam agir coletivamente, em grande número, para mudar qualquer produto de que não tenham gostado. Gerenciar a pegada ecológica do planeta para que uma sociedade global infinitamente diversa viva de forma sustentável é uma questão complicada e especializada,

que não pode ser resolvida com uma abordagem de “tamanho único”. Sua seriedade é comprometida pela ideia de que o público em geral pode ser o fiscal que vai proteger o meio ambiente e a sociedade, embora e ao mesmo tempo o setor de bens de consumo, os produtores de óleo de dendê e as ONGs sugiram que os consumidores devem ser os controladores finais de seu código de conduta. Insinuar, como fazem alguns membros da indústria, que os consumidores são responsáveis pela degradação ambiental em função de suas “demandas” de consumo, incentiva essa lógica. (7)

À primeira vista, a RSPO transmite a ideia de que “está fazendo algo”, mas isso é enganoso e funciona como uma cortina de fumaça, ocultando as consequências ecologicamente danosas de toda a rede de produção e consumo que sustenta a indústria do dendê.

Um sistema lógico moralmente falido

A RSPO emite certificados garantindo padrões de sustentabilidade administrados pelos mesmos produtores que depois serão julgados por ela. Ao mesmo tempo, o argumento de que o mercado deve definir e avaliar o cumprimento dos padrões de sustentabilidade fragiliza a legitimidade do Estado para formular as leis e avaliar seu cumprimento. Legalmente, portanto, a legalidade julgada pelo mercado gera menos concorrência. Bacana.

Para piorar as coisas, os procedimentos operacionais redigidos por grandes conglomerados são complicados e caros para pequenas empresas, agricultores familiares e trabalhadores independentes. Com muita facilidade, os padrões criminalizam operadores pequenos e vulneráveis que não podem se dar ao luxo de cumprir um sistema econômico e jurídico que foi construído para excluí-los.

Tudo isso já seria brutal se o resultado fosse um sistema ecologicamente mais sustentável. Mas nem isso acontece: ele apenas redistribui mais poder nas mãos dos já poderosos, precariza os atores menores e enfraquece ainda mais o conceito de sustentabilidade. Enquanto isso, as florestas continuam queimando.

A Dra. Bernice Maxton-Lee é autora de *Forest Conservation and Sustainability in Indonesia: A Political Economy Study of International Governance Failure*, [publicado em 2020 pela Routledge](#), e *A Chicken Can't Lay a Duck Egg: How Covid-19 can solve the climate crisis*, [publicado em 2020 pela Changemakers Books](#).

(1) H. Rogers, *Green Gone Wrong: Dispatches from the Front Lines of Eco-Capitalism* (London: Verso, 2010), 185

(2) RSPO

(3) RSPO, 'RSPO - Who We Are', 2017, <http://www.rspo.org/about/who-we-are>

(4) B. Richardson, 'Making a Market for Sustainability: The Commodification of Certified Palm Oil', *New Political Economy* 20, no. 4 (2015): 545-68.

(5) A. Kenis and M. Lievens, 'Greening the Economy or Economizing the Green Project? When Environmental Concerns Are Turned into a Means to Save the Market', *Review of Radical Political Economics* 48, no. 2 (2016).

(6) I. Fontenelle, 'From Politicisation to Redemption through Consumption: The Environmental Crisis and the Generation of Guilt in the Responsible Consumer as Constructed by the Business Media', *Ephemera: Theory & Politics in Organization* 13, no. 2 (2013): 339-66.

(7) K. Ellison e K. Wellner, 'Research, Ethics, and Society (RCR): Professionalism and Social Responsibility', CITI Program | Collaborative Institutional Training Initiative, 19 de dezembro de 2013, <https://www.citiprogram.org/members/index.cfm?pageID=805&intModuleID=15203>

RECOMENDADOS

Tribunal dos Povos Africanos contra Empresas que promovem Plantações Industriais de Árvores

A Amigos da Terra organizou a primeira sessão do Tribunal dos Povos Africanos em Lagos, na Nigéria, em novembro de 2020. As comunidades afetadas e a sociedade civil apresentaram depoimentos sobre casos de violações dos direitos humanos e degradação ambiental relacionados às plantações de monoculturas de árvores em dez países da África. Em todos os casos, concluiu-se que bancos de desenvolvimento, bancos privados, fundos de investimento e fundos de pensão de todos os cantos do mundo controlavam e financiavam as polêmicas empresas de plantações voltadas à produção de borracha, óleo de dendê e madeira. Entre as empresas acusadas estavam Socfin, Green Resources AS, Golden Veroleum Liberia (controlada pela Golden Agri-Resources), SIAT SA, OLAM e PZ Wilmar. Veja mais informações em inglês e francês, aqui e aqui:

<http://africanpeopletribunal.org/resources/documents/>

<https://foe.org/news/african-peoples-tribunal-to-dismantle-power-of-industrial-plantation-corporations-building-people-power/>

2020: um ano de resistência e desafio

A Focus on the Global South lançou recentemente seu boletim informativo com uma mensagem da Ásia, na qual, apesar da pandemia e todas as suas consequências, o clima dominante é de desafio – não de desespero. Enfrentando o risco de infecção e desafiando as leis de emergência que proíbem manifestações de massa e restringem em muito a liberdade de expressão, as pessoas têm se reunido nos últimos meses para defender a democracia participativa, a justiça e os direitos dos povos, e construir resistência contra a autocracia e o poder empresarial cada vez maiores na Índia, na Tailândia, na Indonésia, nas Filipinas e outros países. Leia os artigos do boletim (em inglês) aqui.

<https://mailchi.mp/da11cb8dcda4/2020-a-year-of-resistance-and-defiance?e=825af4c4dd>

Uma explicação dos novos mercados financeiros sobre a destruição da natureza

Os recentes chamados à ação para enfrentar a perda crítica de biodiversidade são esperados e muito bem-vindos, mas está faltando um debate paralelo sobre o “como”. Pode-se dizer que esse “como” é tão importante quanto o objetivo principal. A ONG Green Finance Observatory lançou um vídeo explicando as ameaças que estão por trás dos principais mecanismos usados para financeirizar ainda mais a destruição da natureza. Os instrumentos e iniciativas explicados no vídeo incluem Compensação, Soluções Naturais para o Clima, Emissões Líquidas Zero, Capital Natural, entre outros. Você pode acessar o vídeo (em francês, com legendas em inglês) neste link. https://www.youtube.com/watch?v=jhnZJOOJ_E0&feature=youtu.be

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: **Boletim 253 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Crime, poder e impunidade nas florestas"** (<https://wrm.org.uy/pt/>)

[Assine o Boletim do WRM](#)

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Você perdeu a última edição do boletim do WRM
[“Bancos de desenvolvimento: financiando a pobreza e a exploração”](#)
[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>